

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN, RELATOR DA AÇÃO
CÍVEL ORIGINÁRIA Nº 2.730/ES**

*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO. APLICABILIDADE. 1. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto é abrangida pela imunidade tributária recíproca**, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido. (STF, RE 631309 AgR, Relator(a) Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, julgado em 27/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-081 DIVULG 25-04-2012 PUBLIC 26-04-2012)*

A COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO,
nos Autos da Ação Cível Originária nº 2.730/ES, considerando o Agravo apresentado pela União, vem apresentar suas

CONTRARRAZÕES DE AGRAVO

para a manutenção da decisão que julgou parcialmente procedentes os pedidos da Autora, em razão dos fatos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

A Autora, com base fatos comprovados por vasta prova documental e nos fundamentos jurídicos aduzidos pela Companhia, ajuizou a presente Ação Cível Originária requerendo a *“declaração da imunidade tributária recíproca e seus respectivos efeitos, a teor do disposto no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal e, por consequência, declare a inexistência de relação jurídica tributária entre a UNIÃO e a CESAN que obrigue esta ao recolhimento de impostos federais incidentes sobre os seus bens, rendas ou serviços”*.

Em irretocável decisão proferida pelo Eminente Ministro Edson Fachin, este julgou os pedidos

parcialmente procedentes, com fundamento no art. 21, § 1º, do CPC, para declarar a imunidade recíproca (e consequente inexistência de relação jurídica entre a Autora e a Ré que obrigue a primeira ao recolhimento de impostos federais) sobre bens, rendas e serviços da Autora utilizados na satisfação de seus objetivos institucionais, excluídas eventuais atividades de exploração econômica, incrementem seu próprio patrimônio, do Estado, ou de particulares integrantes do capital social da empresa.

O fundamento de sua decisão foi o fato de que:

a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição, estende-se à propriedade, aos bens e aos serviços das sociedades de economia mista e das empresas públicas prestadoras de serviço público utilizados na satisfação de seus objetivos institucionais (art. 150, § 2º, CF/88), quando se confundem com o interesse do próprio ente federado ao qual a empresa é vinculada. Excluem-se da imunidade recíproca as atividades de exploração econômica que visam ao incremento do patrimônio do Estado ou de particulares integrantes do capital social da empresa, as quais devem ser submetidas à tributação.

Registrou, com base no robusto conjunto probatório acostado aos autos, que:

[...] a Agravante cumpre o primeiro requisito exigido para a concessão da imunidade tributária, qual seja, a execução de serviço público de abastecimento de água e tratamento de esgoto, de forma exclusiva, por meio de convênios com os municípios do Estado do Espírito Santo.

No que se refere ao segundo estágio do teste de imunidade, verifica-se, da análise do controle acionário da CESAN, que a participação privada no quadro societário da Autora é irrelevante, por corresponder a 0,25% de suas ações. Ademais, não ficou configurado nos autos que a CESAN tenha intuito primordial de auferir lucros, ou aumentar o patrimônio do Estado ou de seus acionistas.

O Estado do Espírito Santo é detentor direto de 84,53% do capital social da Autora, que somados aos 15,03% pertencentes à ADERES, empresa pública transformada em autarquia estadual pela LC estadual 382/2007, e aos 0,18% da SUPPIN, autarquia estadual criada pela LC estadual 372/2006, ambas sem fins lucrativos, somam 99,75% das ações da CESAN, o que lhe confere o controle acionário da empresa. Os demais 0,25% pertencem a acionistas diversos (pessoas físicas e jurídicas de natureza privada).

Por fim, não restou configurado nos autos risco ao equilíbrio concorrencial ou à livre iniciativa. Isso porque a Autora atua em regime de monopólio natural e não concorre com outras entidades em sua área de atuação.

Assim, tendo em vista que, embora a Autora ostente natureza jurídica de ente privado, (i) o percentual de participação do Estado no capital social da empresa é de 99,75%, o que assegura ao ente político o controle acionário da Autora; (ii) a empresa é sociedade de economia mista de capital fechado; (iii) a CESAN executa serviço público de abastecimento de água e tratamento de esgoto, e (iv) o faz de modo exclusivo; configura-se sua instrumentalidade para o Estado na execução de seu mister constitucional de melhoria das condições de saneamento básico (art. 23, IX, CF), incidindo, sobre ela, o regime tributário aplicável à Fazenda Pública.

No entanto, a União, em recurso intempestivo, manifestou sua discordância em relação ao entendimento do douto Ministro, afirmando, em síntese, que: 1) a Súmula 76 do STF, de 13/12/1963, representa óbice ao direito da Autora (*Súmula 76. As sociedades de economia mista não estão protegidas pela imunidade fiscal do art. 31, V, "a", Constituição Federal.*); 2) nada impede que, reconhecida a imunidade recíproca, no outro dia essa sociedade ofereça ações no

mercado de capitais, o que representaria obstáculo ao seu direito; e 3) na CESAN há a possibilidade de distribuição de dividendos aos acionistas, o que impossibilitaria o reconhecimento da imunidade recíproca.

Pois bem. **Quanto à alegação da Advocacia Geral da União de que a Súmula 76 do STF, de 13/12/1963, representa óbice ao direito da Autora** (*Súmula 76. As sociedades de economia mista não estão protegidas pela imunidade fiscal do art. 31, V, "a", Constituição Federal*), cabe lembrar que foi editada em época na qual as sociedades de economia mista eram criadas basicamente para a exploração da atividade econômica, e não para a prestação de serviço público.

Para a melhor elucidação desta questão, cabe uma contextualização histórica da criação das sociedades de economia mista.

Em 20/03/1602 foi criada a Companhia das Índias Orientais, como decorrência de um ato do governo holandês para viabilizar a colonização de territórios e fazer frente a Portugal e à Espanha na conquista de territórios. As ações eram detidas, em parte, pelo Estado. Parte delas era negociada na Bolsa de Amsterdã.

Em seguida, por decreto de 03/06/1621, foi criada, também, pela Holanda, a Companhia das Índias Ocidentais, com capital subscrito pelas províncias e quaisquer de seus habitantes. Tratavam-se de sociedades de que participavam, em estreita aliança, o Estado e particulares, com objetivos de colonização.

Assim, com elas, foram constituídas as matrizes das primeiras sociedades anônimas de economia mista.

No entanto, com o Período Liberal, baseado na doutrina de *laissez faire*, que pregava a intervenção mínima do Estado na ordem econômica, esse modelo de sociedade levou algum tempo para ser desenvolvido.

Após o período da Revolução Industrial, com o acirramento das desigualdades sociais, houve uma crescente necessidade de intervenção do Estado nas atividades econômicas, o que favoreceu o seu incentivo na participação do capital das sociedades anônimas ao lado de particulares, passando também a atuar no processo de Gestão de várias dessas Companhias.

No Brasil, o desenvolvimento dessas sociedades foi impulsionado ainda mais no período do Estado Novo (1937 a 1945), no Governo Getúlio Vargas, marcado por uma política de substituição das importações com o estímulo à industrialização, e no qual se instituiu um novo modelo de desenvolvimento econômico no país.

Assim, tal modelo foi desenvolvido, e utilizado como um instrumento de intervenção do Estado na ordem econômica, em especial com o intuito de atender ao interesse público e viabilizar a realização de obras e serviços de interesse coletivo, fazendo com que desenvolvimento e progresso caminhem ao lado da justiça social. Nesse sentido, afirma Britto Davis:

[...] quando o Estado se imiscui no campo empresarial, utilizando-se para tanto desse versátil e eficiente instrumento que é a sociedade por ações, não visa fortalecer e ampliar o capitalismo ou incentivar os males que lhes são inerentes, mas, ao contrário, intervindo no domínio econômico, o Poder Público procura justamente obviar ou atenuar os abusos do capitalismo¹.

Com isso, teve grande destaque a criação das seguintes sociedades de economia mista:

01) Banco do Brasil S.A. (com o alvará de 12 de outubro de 1808, do Príncipe Regente Dom João, e a Lei nº 59, de 8 de outubro de 1833 criou o novo Banco do Brasil);

¹ Tratado das sociedades de economia mista. Rio de Janeiro: José Konfino, 1969, v. I, p. 58.

02) Instituto de Resseguros do Brasil - IRB Brasil Resseguros S.A. (Decreto-Lei nº 1.186/39), da Companhia Siderúrgica Nacional (Decreto-Lei nº 3.002/41);

03) Companhia Vale do Rio Doce (Decreto-Lei nº 4.352/42);

04) Fábrica Nacional de Motores S.A. (Decreto-Lei 4.605/42);

05) Companhia Hidrelétrica São Francisco (Decreto-Lei nº 8.031/45);

06) Banco de Crédito da Amazônia S.A. (Lei nº 1.184/50);

07) Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB (Lei 1.649/52);

08) Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS – (Lei 2.004/53)

09) Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo (Lei Estadual nº 3.010/55 – SP);

10) Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (Lei 3.115/57);

11) Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. – CELUSA (Decreto 50.805/61); e

12) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS (Lei 3.890-A/61).

A criação das sociedades de economia mista estava tão vinculada à exploração da atividade econômica que o Decreto-Lei nº 200/67, alterado pelo Decreto-Lei nº 900/69, definiu as sociedades de economia mista da seguinte forma:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

[...]

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei **para a exploração de atividade econômica**, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)

Portanto, a Súmula 76 do STF (*Súmula 76. As sociedades de economia mista não estão protegidas pela imunidade fiscal do art. 31, V, "a", Constituição Federal.*), de **13/12/1963**, editada com base nos julgamentos que envolveram a Companhia Hidroelétrica Rio Pardo (RMS 7745/61) e a Rede Ferroviária Federal S.A. (RMS 9.348/63), foi expedida em um contexto no qual as sociedades de economia mista eram criadas basicamente para a exploração da atividade econômica, estando condizente com o momento na qual foi expedida.

No entanto, esta realidade foi significativamente alterada depois da edição desta súmula. Isso porque, no final da década de 60, e na década 70 e seguintes, houve um acentuado movimento no sentido de delegar serviços públicos que eram prestados pela administração direta do Estado ou por suas autarquias, a empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista), que, diferente daqueles, se sujeitam ao regime de direito privado, a fim de viabilizar a execução desses serviços com maior flexibilidade, sem os entraves e burocracias indissociáveis das pessoas de direito público.

Buscavam-se, portanto, regras mais flexíveis para a execução dos serviços públicos de forma mais eficiente, adotando-se um modelo mais moderno de gestão, diante da premente necessidade de satisfação do interesse público.

Observou o Estado que, estando a prestação de determinados serviços públicos vinculada ao regime de direito privado, haveria maior versatilidade em sua execução, com a redução da quantidade de controles e burocracias que contribuíam para a lentidão e a ineficiência na execução desses serviços.

Desta forma, não carecem de lei a criação ou extinção de cargos em sua estrutura, seus orçamentos não estão vinculados ao do respectivo ente federativo, possuem patrimônio próprio, seus empregados não se sujeitam à regra de

estabilidade, mas sim ao regime da CLT, e os atos por ela praticados são atos jurídicos de direito privado, sujeitando-se às regras do Direito Civil e Empresarial.

Nesse sentido, José Jappur², em sua obra “Declínio das Autarquias”, de 1977, escreve, sobre o fenômeno chamado “desautarquização das autarquias”:

A administração torna-se mais operosa e menos atrelada ao controle centralizado. O controle moderno não visa apenas punir o desonesto, mas evita, acima de tudo, inibir o honesto.

[...]

Não basta reconhecer, por último, o declínio das autarquias em favor da ascensão das empresas públicas. Urge a confecção de estatuto das empresas públicas e outras categorias da administração indireta [...].

Houve casos também de criação de estatais (empresas públicas / sociedades de economia mista) e delegação de serviços públicos a elas, em situações em que o Estado entendeu que alguns serviços públicos que anteriormente foram concedidos à iniciativa privada poderiam ser executados por essas entidades da Administração Indireta de forma a melhor atender ao interesse público (a exemplo do caso da autorização da constituição da Companhia Docas do Estado de São Paulo, em 09/07/1973).

Como exemplos do fenômeno que se apresenta, com a atuação dessas empresas estatais na prestação de serviços público, citam-se as constituições das seguintes entidades:

01) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com criação autorizada pelo Decreto-Lei nº 509/69, vinculada ao Ministério das Comunicações mediante a transformação da autarquia federal que era, então, Departamento de Correios e Telégrafos (reconhecida a imunidade da ECT no RE 407.099/RS, de 22/06/2004);

02) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, com criação autorizada pela Lei 5.862/72,

² JAPPUR, José. *Declínio das Autarquias*. Rev. RFP, Vol. XXXVII, n. 329., jan/mar. 1977, p. 26-28.

responsável pelo serviço público de administração dos portos, antes executado diretamente pela Aeronáutica (reconhecida a imunidade da INFRAERO no RE 363.412/BA, de 07/08/2007).

03) Casa da Moeda do Brasil - CMB, transformada em empresa pública pela Lei nº 5.895/73, que presta o serviço público de fabricação do papel-moeda e moeda metálica e impressão de selos postais e fiscais e títulos da dívida pública federal, sendo que antes era uma autarquia federal (reconhecida a imunidade da CMB no RE 610.517 AgR – RJ, de 03/06/2014)

04) Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, com constituição aprovada pelo Decreto nº 72.439/73 (inicialmente com o nome de Companhia Docas de Guanabara), **sociedade de economia mista** federal que presta o serviço público de administração dos portos do Rio de Janeiro, que anteriormente era executado pelo órgão federal autônomo denominado Administração do Porto do Rio de Janeiro, vinculado ao Departamento Nacional de Portos e Navegação (**reconhecida a imunidade da CDRJ no RE 749.006 AgR/RJ, de 08/10/2013**).

Em relação aos Portos, em 27/08/1969, foi editado o Decreto-Lei 794/69, que autorizava a União a constituir empresas públicas e sociedades de economia mista para a administração portuária, que era executada, em regra, pela Administração Direta da União, através do Departamento Nacional de Portos e Navegação, diretamente, ou por meio de concessão do serviço público. No entanto, a União verificou que poderia prestar esse serviço público de forma mais eficiente por empresas públicas ou sociedades de economia mista.

05) Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, com constituição autorizada pelo Decreto 85.309/80, **sociedade de economia mista** federal incumbida da prestação do serviço público de administração dos portos de São Paulo, serviço público que era anteriormente executado por concessão outorgada pela União à Companhia Docas de Santos. (**imunidade da CODESP reconhecida no RE 253.472/SP, de 25/08/2010**).

06) Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB-GV, **sociedade de economia mista**, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 3.693/84 – ES, com a finalidade de regulamentação, controle e fiscalização da operação dos serviços de transportes públicos de passageiros, e delegação dos serviços de transporte coletivo de passageiros, funções que anteriormente eram exercidas por autarquia estadual – DETRAN-ES.

07) Companhias estaduais de saneamento básico, que foram, em grande parte, instituídas na década de 60, substituindo antigas autarquias estaduais (departamentos de água e esgoto) e atuando em regiões nas quais os serviços eram executados por autarquias municipais (SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto)

Como explanado na inicial, as companhias estaduais de saneamento básico foram instituídas ou alavancadas no contexto do Plano Nacional de Água e Saneamento – PLANASA, criado na década de 60, e que passou a destinar recursos a estados que constituíssem suas próprias companhias de saneamento (empresas públicas / sociedades de economia mista), em reconhecimento de que isso viabilizaria uma melhor gestão do serviço, e maior possibilidade de universalização do serviço público de saneamento, com o atendimento de municípios mais distantes dos grandes centros, através do referido sistema de subsídios cruzados e do favorecimento em razão da economia de escala.

Em relação ao referido setor de saneamento, foi instituído o Sistema Financeiro de Saneamento – SFS, gerido pelo Banco Nacional de Habitação – BNH. Para obter o financiamento, os estados deveriam criar, com base em seus recursos orçamentários, um Fundo de Financiamento de Águas e Esgotos (FAE), nos termos da Lei nº 6.528/78 e do Decreto nº 82.587/78.

Pelo PLANASA, em regra, as Companhias precisavam obter a concessão do serviço (concessão-convênio) de saneamento dos municípios para neles operar em regime de monopólio, além de, posteriormente, ter que cumprir os

preceitos da Lei nº 6.528/78 e do Decreto nº 82.587 /78, que tratavam de regime tarifário e outras matérias pertinentes.

No caso da CESAN, ela assumiu a atividade exercida pelo antigo Departamento Estadual de Água e Esgoto – DAE, passando a prestar serviços na região metropolitana e em serviços nos quais a atividade era executada por autarquias municipais (SAAEs).

Com essa nova realidade, a Constituição de 1988 passou a dividir a prestação de serviços por empresas estatais (administração indireta) em dois tipos: **1º)** estatais exploradoras da atividade econômica (art. 173 da CF/88); e **2º)** estatais prestadoras de serviços públicos (art. 175 da CF/88), conforme a seguir:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a **exploração direta de atividade econômica** pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a **prestação de serviços públicos**.

Portanto, está-se, atualmente, em um contexto fático e jurídico distinto daquele no qual foi editada a Súmula 76 do STF, de 13/12/1963, de maneira que a referida Súmula não representa óbice à pretensão de sociedades mistas prestadoras de serviços públicos, que preencham determinados requisitos, de reconhecimento da aplicação a elas da imunidade tributária recíproca, conforme reconhecido pelo STF em inúmeros julgados posteriores.

Isso pode ser verificado em decisões do STF proferidas em inúmeros processos, tais como: RE 631309 AgR, de 27/03/2011; RE 631309 AgR, de 27/03/2012; AI 813700/ES, de 27/06/2011; RE 629582/PB, de 11/11/2010; ARE

655028, de 04/12/2013; RE 456692, de 17/12/2013; RE 674733, de 30/04/2012; ACO 2243 MC, de 17/10/2013; RE 363412 AgR, de 07/08/2007; RE 749.006 AgR/RJ, de 08/10/2013; e RE 253.472/SP, de 25/08/2010, entre outras.

A esse respeito, deve-se observar que o art. 489, § 1º, inc. VI do Novo Código de Processo Civil estabelece que as sentenças e os acórdãos apenas podem deixar de seguir jurisprudência ou precedente invocados pela parte se demonstrarem a existência de distinção no caso em julgamento ou superação do entendimento, de maneira que a análise dos julgados referidos, como bem realizada pelo Eminentíssimo Ministro Edson Fachin, se faz relevante para a decisão da demanda.

Em relação à segunda alegação do Agravo, de que “*nada impede que, reconhecida a imunidade recíproca, no outro dia essa sociedade ofereça ações no mercado de capitais*”, vale lembrar que é necessário que lei autorize esta operação, e, caso isso ocorresse, o teor da decisão do culto Ministro Edson Fachin não mais se aplicaria à Companhia, já que não mais restariam preenchidos os estágios do teste de imunidade, referidos de maneira lapidar pelo Excelentíssimo Ministro, e apresentados pelo Ministro Joaquim Barbosa no “*leading case*” RE 253.472/SP, de 25/08/2010.

Quanto à afirmação da União de que na CESAN há a possibilidade de distribuição de dividendos aos acionistas, o que impossibilitaria o reconhecimento da imunidade recíproca, cabe lembrar que os “dividendos” (juros sobre capital próprio) distribuídos a acionistas públicos sempre foram integralmente reinvestidos na companhia. Quanto aos acionistas privados, têm participação irrisória na Companhia, que soma 0,25% do Capital social, e os “dividendos” (juros sobre capital próprio) a eles distribuídos são devidamente oferecidos à tributação, em conformidade com o art. 9º, § 2º, da Lei nº 9.249/95:

Art. 9º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio,

calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

§ 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

[...]

§ 7º O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo do disposto no § 2º.

Em relação aos demais questionamentos, já foram devidamente tratados na Ação Cível Originária, que descreve de forma cuidadosa e pormenorizada a situação jurídica da CESAN, de maneira que à inicial, na integra, a Autora se reporta, para evitar a repetição de argumentos já apresentados.

Destaca-se que **nessas contrarrazões trataram-se apenas de questões pontuais alegadas no Agravo, de maneira que todos os fundamentos fáticos e jurídicos que dão suporte ao direito da Autora estão descritos na inicial,** tais como:

- a) prestarem as companhias estaduais de saneamento básico serviço público essencial, com base na integração de competências e na atuação coordenada dos entes federativos;
- b) a existência de monopólio natural no setor, e a ausência de ambiente concorrencial, reforçada pelo sistema de subsídios cruzados e pela economia de escala;
- c) a regulamentação do setor se dar no sentido de caracterizá-lo como de regime não concorrencial;
- d) o entendimento da doutrina e da jurisprudência especializadas no sentido da extensão da imunidade

recíproca das sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, em especial as de saneamento; e

e) a ausência de interesse público na tributação do serviço público de saneamento, etc.

Portanto, o estudo da inicial se faz imprescindível para a compreensão integral do direito que assiste à Autora.


2. DOS PEDIDOS

Deste modo, requer seja negado provimento ao recurso da União, com a manutenção na íntegra da decisão proferida, e a condenação da Ré ao pagamento de honorários advocatícios da fase recursal, nos termos do art. 85, § 11º, do Novo CPC, fixados entre 3% e 5% do valor da condenação, nos termos do seu art. 85, § 3º, inc. IV.

Vitória, 21 de junho de 2016.


STÊNIO SANTOS SALES
OAB/ES 12.385 / CRC/ES 19.594


ROMEUSOUZA NASCIMENTO JUNIOR
OAB/ES 10.431


ANA CRISTINA MUNHÓS DE SOUZA
OAB/ES 2.970